

Tudo bem pessoal.

Neste encontro encerramos o bloco das últimas questões de contabilidade pública cobradas em concursos pela ESAF, visando ajudar os candidatos do Concurso do APO/2010.

No primeiro e segundo encontros foram resolvidas as questões do APO/2008.

No terceiro encontro as questões da CGU/2008.

Neste quarto encontro vamos resolver a prova da STN/2008.

Antes iniciar, devo lembrar que **ALGUMAS DAS QUESTÕES AQUI RESOLVIDAS ESTÃO FORA DO EDITAL DO APO.**

E pra quem não sabe ainda, já foi lançado o edital da SUSEP. Na área de Administração e Finanças com 20 questões sobre orçamento, contabilidade pública e auditoria governamental.

Espero que as questões resolvidas aqui possam orientar os candidatos que queiram prestar esse concurso também.

1-ASSINALE A OPÇÃO FALSA A RESPEITO DA CONTABILIZAÇÃO DAS RECEITAS PÚBLICAS, NO ÂMBITO FEDERAL.

a) Em geral, as receitas de capital não alteram a situação patrimonial do ente público.

Alternativa correta. As receitas de capital em geral são não efetivas. Fazendo um paralelo com a contabilidade geral, as receitas de capital não são receitas, pois provocam mutações qualitativas.

b) As receitas previstas são registradas em contas do passivo, enquanto o controle da execução (da arrecadação) se faz no ativo.

Alternativa correta. A conta previsão da receita é a de 2.9.1 (Pertence ao Passivo Compensado) e conta execução da receitas é a conta 1.9.1 (Pertence ao Ativo Compensado).

c) Nas contas de resultado, as receitas são classificadas levando-se em conta a classificação definida na Portaria Interministerial n. 163/2001.

Alternativa correta. Conforme Art. 2º da portaria 163/2001 “A classificação da receita, a ser utilizada por todos os entes da Federação, consta do Anexo I desta Portaria, ficando facultado o seu desdobramento para atendimento das respectivas peculiaridades”.

d) Em obediência à Lei n. 4.320/64, o efeito patrimonial de todas as receitas é reconhecido e contabilizado pelo regime de caixa.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. A inscrição de restos a pagar é uma receita e segue o regime de competência. É uma das exceções.

e) Pode ocorrer inversão de saldo nas contas que registram a previsão das receitas em virtude da insuficiência nessa previsão.

Alternativa correta. De acordo com o Manual SIAFI assunto 021003 – Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis, admite-se a inversão de saldo para os seguintes grupos do Ativo Compensado e Passivo Compensado: 1.9.1; 1.9.2; 1.9.3; 2.9.1; 2.9.2; 2.9.3, não ensejando restrição contábil. Já a conta 2.9.2.1.1.00.00 – crédito

disponível não poderá ter seu saldo invertido, pois sinaliza a execução de despesas sem o suporte orçamentário.

2-A RESPEITO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, NA CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO, É CORRETO AFIRMAR, EXCETO:

a) as mutações, tanto ativas quanto passivas, são variações patrimoniais que decorrem de fatos contábeis permutativos.

Alternativa correta. A mutação, ainda em vigor na contabilidade pública, foi a solução encontrada para compensar o registro daquelas receitas públicas que no conceito contábil tradicional não são receitas e o registro daquelas despesas públicas que no conceito contábil tradicional não são despesas. Dessa forma quando ocorre a arrecadação de uma receita de capital de operações de crédito temos, neste momento, pelo conceito de contabilidade pública uma variação ativa (na contabilidade geral a entrada de dinheiro no caixa em virtude de um empréstimo é um fato permutativo, e não é receita). Para compensar essa variação, temos que usar o artifício da mutação passiva que é uma variação passiva para contrabalançar a variação ativa da receita de capital. O mesmo raciocínio vale para as despesas de capital e despesas correntes que sejam não efetivas (despesas correntes com aquisição de material de consumo).

b) os acréscimos patrimoniais, também conhecidos como superveniências ativas, decorrem de fatos extra orçamentários.

Alternativa correta. As superveniências do ativo independem da execução orçamentária.

c) a aquisição de bens móveis, para uso próprio, provoca mutações passivas no patrimônio da entidade pública.

Alternativa incorreta. O lançamento contábil da despesa com a aquisição de bens móveis ficaria assim:

Débito	Crédito	Sistema
3.4.X – Despesa de Capital Aquisição de bens imóveis	1.1.1 - Conta única	Financeiro
1.4.2 – Bens móveis	6.1.3- Mutação Ativa – Bens móveis	Patrimonial
2.9.2 – Crédito Disponível	2.9.2 – Valores Pagos	Orçamentário *

*Para fins didáticos foram consolidadas as etapas do empenho, liquidação e pagamento. A conta crédito disponível é lançada no empenho, e a conta valores pagos no pagamento.

Dessa forma a alternativa está incorreta, pois a aquisição de bens móveis provoca mutação ativa.

d) as baixas de bens patrimoniais, doados a terceiros não integrantes da administração pública federal, constituem-se em insubsistência ativa.

Alternativa incorreta. Consideremos dois pontos importantes:

→Primeiro. Se a operação de doação fosse entre entes da administração pública federal, seria interferência passiva. Não foi o caso da questão.

→Segundo. Para a ESAF que segue a Nota Técnica 314/2004 do CFC, a Insubstância Ativa é igual à Insubstância do Passivo. Dessa forma, no exemplo em tela temos uma insubstância do ativo, o que torna a alternativa incorreta.

e) as despesas com aquisição de material de consumo, para estoque no almoxarifado, provocam mutação ativa.

Alternativa correta. Segue o mesmo raciocínio do item C:

Débito	Crédito	Sistema
3.3.3 – Despesa de Corrente aquisição de material de consumo	1.1.1 - Conta única	Financeiro
1.1.3 – Material de consumo	6.1.3- Mutação Ativa – Bens de Estoque	Patrimonial
2.9.2 – Crédito Disponível	2.9.2 – Valores Pagos	Orçamentário *

*Para fins didáticos foram consolidadas as etapas do empenho, liquidação e pagamento. A conta crédito disponível é lançada no empenho, e a conta valores pagos no pagamento.

Dessa forma tivemos duas questões erradas, motivo pelo qual a questão foi ANULADA pela Banca.

3-ASSINALE A OPÇÃO CORRETA, EM RELAÇÃO AO PLANO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

a) A utilização do Plano de Contas Federal é obrigatória, em toda a esfera federal, inclusive para empresas estatais não dependentes.

Alternativa incorreta. O plano de contas não se aplica as empresas estatais não dependentes, ele se aplica as empresas estatais dependentes (EED) e aos órgãos que constem no orçamento fiscal e da seguridade social.

b) As contas destinadas ao controle da execução orçamentária da receita pertencem à classe 2 (dois).

Alternativa incorreta. A classe 2 é o Passivo. Vimos na alternativa C na 1ª Questão que a execução da receita pertence ao ATIVO classe 1, na conta 1.9.1 Execução de Receita do Ativo Compensado.

c) O Plano de Contas está estruturado em sistemas, em número de 5 (cinco), o que favorece a elaboração das demonstrações contábeis.

Alternativa incorreta. O plano de contas, mesmo o atual, está estruturado em 4 sistemas. Porém pela NBC T 16, foi incorporado o sistema de custos. O plano de contas disponível no site da STN ainda não integrou esse novo sistema. A título de curiosidade o futuro Plano de Contas obrigatório a partir de 2012 contempla cinco sistemas.

d) As contas destinadas ao controle da execução dos convênios e contrato de repasse integram o Ativo Compensado.

Alternativa correta, gabarito da questão. Só lembrando que a execução dos convênios que ocorre na conta 1.9.9 do Ativo Compensando tem como contrapartida a conta 2.9.9 do Passivo Compensado.

e) A utilização de detalhamento denominado Conta-Corrente é obrigatória em todas as contas que recebem lançamento.

Alternativa incorreta. Nem todas as contas do plano de contas exigem o detalhamento conta-corrente.

4-ASSINALE A OPÇÃO CORRETA EM RELAÇÃO AO INSTRUMENTO TABELA DE EVENTOS QUE INTEGRA O PLANO DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

a) Os eventos são códigos que possuem associados a eles um roteiro de contabilização que, associados a outros dados do documento, permitem que o sistema faça os lançamentos contábeis.

Alternativa correta, gabarito da questão. Esse é o conceito disponível na Tabela de Eventos disponível no site da STN e no manual SIAFI na seção 020600 – Plano de Contas.

b) Os eventos estão distribuídos em classes e a combinação de códigos de classes diferentes, no mesmo documento, não é permitida.

Alternativa incorreta. Vejamos um exemplo que envolve classes diferentes num mesmo documento:

Evento	Debite	Credite	Documento
Apropriação de receita	55.0.XXX	80.0.YYY	NS ou NL
Apropriação de despesa	51.0.ZZZ	56.0.AAA	NS ou NL

Agora realmente existem números/códigos de classes que são individuais e pedem documento próprio como, por exemplo: a Classe 30.X.XX movimentação de crédito que usa a NC (nota de movimentação de crédito) e classe 20.X.XX que usa a ND (nota de dotação). A NC e ND não podem ser usadas por outras classes.

c) O registro de algumas operações, tais como concessão de avais e celebração de convênios, dispensa a utilização de eventos.

Alternativa incorreta. Na classe 51, encontramos apropriações de despesas decorrentes de avais e convênios.

d) Os lançamentos contábeis registrados mediante o uso de eventos somente surtem efeitos após confirmados pelo gestor.

Alternativa incorreta. Após o lançamento ser registrado usando os eventos, os efeitos da transação são automáticos.

e) A retenção de tributos, quando obrigatória, somente pode ser realizada em documento de pagamento em razão da necessidade de combinação dos eventos de pagamento com os de retenção.

Alternativa incorreta. Conforme dispõe a tabela de eventos:

- Os eventos 51.0.XXX são utilizados sempre que a despesa for reconhecida, esteja ou não em condições de pagamento. Estes eventos exigem como complemento, eventos 52.0.XXX para o caso de retenção da respectiva obrigação na NL (Nota de lançamento). Em se tratando de

pagamento direto, o evento de despesa é utilizado na OB (ordem bancária) que apropria e liquida simultaneamente a despesa

- *Os eventos 52.0.XXX (retenção) são utilizados em conjunto com os 51.0.XXX (apropriação da despesa) sempre que houver retenção da obrigação para pagamento posterior.*

Dessa forma a retenção de tributos **pode** ser usada com NL mesmo que não esteja em condições o pagamento.

5-ASSINALE A OPÇÃO FALSA, A RESPEITO DO SISTEMA INTEGRADO DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI.

a) O acesso ao sistema é realizado mediante cadastramento e habilitação prévios.

Alternativa correta. Conforme dispõe o sistema SENHA na NORMA DE EXECUÇÃO Nº 01 DE 13 DE JUNHO DE 2001.

b) Os principais mecanismos de segurança constituem-se de autenticação do usuário mediante código de identificação e senha, não alteração de documentos lançados no sistema e Conformidade de Gestão e Conformidade Contábil.

Alternativa correta. Conforme dispõe o sistema SENHA na NORMA DE EXECUÇÃO Nº 01 DE 13 DE JUNHO DE 2001.

c) São documentos utilizados pelo sistema: Ordem Bancária, Guia da Previdência Social, Nota de Empenho, Nota de Sistema, Nota de Lançamento e Nota de Programação Financeira.

Alternativa correta. Todos os documentos citados são utilizados no sistema. Existem outros: GRU (guia de recolhimento da união), NC (nota de movimentação de crédito), DF (DARF eletrônico), PE (pré-empenho), GSE (guia do salário educação).

d) Um de seus objetivos é permitir o controle da dívida interna e externa, bem como o das transferências negociadas.

Alternativa correta. Conforme disponível na INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 03 DE 23 DE MAIO DE 2001 da STN.

e) As entidades públicas estaduais e municipais que recebem transferências voluntárias são obrigadas a utilizá-lo na aplicação dos recursos recebidos.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. São obrigados a usar o SIAFI os órgãos e entidades que constem no orçamento fiscal e da seguridade social conforme dispõe o artigo 6º da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2009 para 2010. As entidades públicas estaduais e municipais estão fora do escopo da lei.

6-A RESPEITO DO USO E FUNCIONAMENTO DO SUBSISTEMA DE CONTAS A PAGAR E RECEBER – CPR CONSTANTE DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL, É CORRETO AFIRMAR, EXCETO:

a) a utilização do subsistema CPR por parte das Unidades Gestoras é opcional.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. Conforme o Manual SIAFI no ASSUNTO 020323- CPR, o órgão pode habilitar-se optar pelo uso total ou parcial. As UGs cujos órgãos tiverem optado pelo uso total, obrigatoriamente devem usar o CPR na modalidade total. Dessa forma as UGs estão atreladas aos órgãos não competindo a elas optar pelo uso do CPR.

b) documento Hábil é aquele que gera compromisso de pagamento ou recebimento.

Alternativa correta. Conforme o Manual SIAFI no ASSUNTO 020323- CPR, consiste em DOCUMENTO HÁBIL, aquele que **dá origem aos compromissos de pagamento ou de recebimento**, podendo ser de **PREVISÃO** (Nota de Empenho, Contrato, Proposta de Programação Financeira etc.) ou de **REALIZAÇÃO** (Nota Fiscal/Fatura, Recibo, Folha de Pagamento, Programação Financeira Aprovada etc.).

c) a Nota de Empenho é documento hábil no subsistema CPR.

Alternativa correta. Conforme item anterior.

d) o CPR aperfeiçoa o processo de programação financeira e proporciona informações a respeito do fluxo de caixa.

Alternativa correta. Conforme o Manual SIAFI no ASSUNTO 020323- CPR, o CPR:

- *Permite a otimização do **processo de programação financeira**, que pode ser feita com base no fluxo previsto de compromissos;*
- *Subsidia a análise, tanto das previsões de pagamentos e recebimentos, como da execução financeira, por meio de **consultas ao fluxo de caixa** e aos demonstrativos dos compromissos, individualmente ou consolidados.*

e) fluxo de Caixa é um dos módulos do CPR e destina-se a fornecer demonstrativo dos compromissos da entidade.

Alternativa correta. Conforme o Manual SIAFI no ASSUNTO 020323- CPR, o módulo FLUXOCAIXA é composto somente de uma transação, a **CONFLUXO**, que permite consultar três tipos de demonstrativos: a) **Demonstrativo dos Compromissos**, b) Fluxo Financeiro e c) Consolidado dos Compromissos.

7-ASSINALE A OPÇÃO CORRETA EM RELAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO SETOR PÚBLICO FEDERAL.

a) O Balanço Orçamentário é a confrontação da receita e despesa prevista com a realizada sob a perspectiva financeira.

Alternativa incorreta. Conforme dispõe art. 102 da Lei 4320/64 “O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas e despesas previstas em confronto com as realizadas”.

b) O Balanço Financeiro demonstra, a partir de uma perspectiva orçamentária e patrimonial, o ingresso e saída de recursos na entidade.

Alternativa incorreta. A partir de uma perspectiva financeira.

c) A Demonstração das Variações Patrimoniais é o confronto das variações ativas com as variações passivas para a apuração do resultado da entidade.

Alternativa correta, gabarito da questão. Conforme dispõe art. 104 da Lei 4320/64 “A Demonstração das Variações Patrimoniais evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.”

d) No Balanço Patrimonial das entidades públicas federais, não se evidencia o montante dos bens de uso permanente em razão da falta de registro desses ativos pela contabilidade pública.

Alternativa incorreta. Os bens de uso permanente constam no Ativo Permanente (nomenclatura da lei 4320/64) ou no Ativo Não financeiro (nomenclatura usada pela STN).

e) O montante dos restos a pagar inscritos no exercício figura no ativo financeiro do Balanço Patrimonial.

Alternativa incorreta. O montante nos restos a pagar inscritos no exercício figura no Passivo Financeiro do Balanço Patrimonial.

8 - ASSINALE A OPÇÃO FALSA A RESPEITO DA CONTABILIZAÇÃO DAS OPERAÇÕES TÍPICAS QUE SÃO OBJETO DA CONTABILIDADE NA ADMINISTRAÇÃO FEDERAL.

a) A receita tributária é registrada pela contabilidade quando ocorre o recolhimento aos cofres públicos, caracterizando o regime de caixa.

Alternativa correta. Apesar da lei 4320/64 afirmar que pertencem ao exercício as receitas nele arrecadadas, tecnicamente para a STN as receitas são registradas pelo SIAFI no recolhimento.

b) O reconhecimento da despesa pela contabilidade ocorre na liquidação, o que caracteriza o regime de competência.

Alternativa correta. Apesar da lei 4320/64 afirmar que pertencem ao exercício as despesas legalmente nele empenhadas, tecnicamente para a STN seu reconhecimento ocorre na liquidação.

c) O controle da execução orçamentária da receita é realizado no grupo Ativo Compensado.

Alternativa correta. A execução da receita é registrada no subgrupo 1.9.1., logo pertence ao grupo do Ativo Compensado 1.9.

d) A incorporação de bens recebidos por doação é registrada por meio de lançamentos no ativo e em contas de resultado extra orçamentário.

Alternativa correta. Vejamos o lançamento:

Débito	Crédito	Sistema
1.4.2 – Ativo permanente imobilizado	6.2.3- Acréscimo Patrimonial-Incorporação de bens	Patrimonial

e) Os contratos em que a Administração Pública é a contratante não são objeto da contabilidade, porque a celebração não acarreta alteração da situação patrimonial do ente.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. Os contratos, convênios, avais e fianças são objetos da contabilidade pública conforme prescreve o artigo 87º da lei 4320/64: *Haverá controle contábil dos direitos e obrigações **oriundos de ajustes ou contratos** em que a administração pública for parte.*

9 - A RESPEITO DOS BENS PÚBLICOS DE USO ESPECIAL, É CORRETO AFIRMAR, EXCETO:

a) os equipamentos militares especializados e os de infra-estrutura são considerados de uso especial.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

b) para que sejam considerados de uso especial, os bens devem ser tangíveis, utilizados na produção ou para fins administrativos e ter uso esperado por mais de um exercício.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

c) os bens de uso especial utilizados para fins administrativos têm seu registro de forma consolidada na contabilidade.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União, os bens de uso especial são registrados de forma separada para os fins contábeis. Além disso, **os bens especiais por serem bens permanentes** devem ser registrados de forma analítica conforme dispõe o artigo 94º da lei 4320/64: *“Haverá registros **analíticos de todos os bens de caráter permanente**, com indicação dos elementos necessários para a perfeita caracterização de cada um deles e dos agentes responsáveis pela sua guarda e administração”.*

d) a principal fonte de informações para o registro contábil dos bens de uso especial é o Sistema de Gerenciamento de Imóveis de Uso Especial.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

e) os bosques e reservas naturais renováveis não são considerados de uso especial.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

10- A RESPEITO DA CONTABILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO PÚBLICO, É CORRETO AFIRMAR, EXCETO:

a) a depreciação dos bens públicos deve observar a obsolescência que decorre da melhoria dos processos de produção.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

b) os terrenos são ativos distintos dos edifícios e o registro contábil deve ser realizado de forma a distinguir essa diferença.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União, pois são registrados de forma separada. Apesar da questão não citar que os registros serão distintos conforme a norma.

c) os contratos de construção celebrados pelas entidades públicas devem observar, no que couber, as disposições das Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público – NIC-SP.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União.

d) os custos incorridos na construção de imóveis serão registrados em conta transitória que terá seu saldo transferido para conta específica depois de concluída a construção.

Alternativa correta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021107 – Imóveis da União,

e) os bens imóveis pertencentes às entidades da Administração Direta do Poder Executivo são contabilizados no patrimônio do Ministério da Fazenda.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. É contabilizado na SPU/MPOG apesar do Ministério da Fazenda participar do controle via STN. Dessa forma, a SPU/MPOG incorpora, controla e administra os bens imóveis através do SPIU Net e fornece as informações a STN via SIAFI (o SPIU Net possui interface com o SIAFI) dos imóveis para estes serem incorporados ao Balanço Geral da União. Conforme prescrevem: o Art. 40º do Dec. 7063/10, a portaria interministerial 322/2001 STN/SPU e anexo XII da portaria 232/05 MP.

11- ASSINALE A OPÇÃO QUE INDICA A CORRETA DEFINIÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS NA ESFERA FEDERAL.

a) É processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por Unidades Jurisdicionadas da Administração Federal Direta.

Alternativa incorreta. Esse é conceito de tomada de contas. Conforme IN 057/2008 do TCU e IN/01 da SFC.

b) É o processo de contas relativo à gestão dos responsáveis por unidades jurisdicionadas da administração federal indireta e daquelas não classificadas como integrantes da administração direta federal.

Alternativa correta, gabarito da questão. Conforme IN 057/2008 do TCU e IN/01 da SFC.

c) É o processo pelo qual o chefe do Poder Executivo apresenta as contas ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União.

Alternativa incorreta. Vide item B.

d) É a prestação de contas realizada pelos agentes públicos a respeito da arrecadação e aplicação de recursos diretamente arrecadados.

Alternativa incorreta. Esse é o conceito de tomada de contas conforme IN/01 da SFC.

e) É o processo mediante o qual o Tribunal de Contas da União apresenta ao Poder Legislativo as contas dos chefes de todos os poderes.

Alternativa incorreta. Vide item B.

12- ASSINALE A OPÇÃO CORRETA A RESPEITO DO CONTROLE CONTÁBIL DOS RESPONSÁVEIS POR DÉBITOS DECORRENTES DE DESFALQUES, DESVIOS DE RECURSOS, PERDA E/OU EXTRAVIO DE MATERIAIS.

a) Os valores dos débitos, depois da regular apuração por meio de Tomada de Contas Especial, são registrados no ativo de forma individualizada por devedor.

Alternativa correta, gabarito da questão. Conforme o Manual SIAFI Assunto 021138 – Diversos Responsáveis, a conta Diversos responsáveis Apurados – 1.1.2.2.9.00.00 (logo está no Ativo Circulante) possui estrutura idêntica à conta Diversos responsáveis em apuração - 1.9.9.1.3.00.00 (Ativo Compensado). Tanto uma como a outra possui o código conta corrente composto por: Exercício, CNPJ/CPF, UG. A conta 1.1.2.2.9.00.00 representa as responsabilidades já apuradas em TCE. A conta 1.9.9.1.3.00.00 pode ter seu registro originado além da TCE, de outros procedimentos administrativos que não a TCE.

b) Em razão do baixo índice de recebimento, os valores devidos não são registrados pela contabilidade, constituindo os eventuais pagamentos em receita da União.

Alternativa incorreta. Conforme item anterior.

c) Os valores somente são reconhecidos pela contabilidade se houver ajuizamento de ação para o ressarcimento dos danos causados.

Alternativa incorreta. Conforme o Manual SIAFI Assunto 021138 – Diversos Responsáveis, a apuração e o respectivo registro de responsabilidades por danos ao erário, regulamentada pela legislação pertinente, abrange os possíveis créditos em favor da União **que ainda se encontram em fase de apuração**, bem como aqueles que, uma vez apurados, configuram-se como direito em favor da Administração Pública. Dessa forma não depende de ajuizamento de ação no âmbito judicial. A partir do primeiro procedimento administrativo deve ser registrado no Ativo Compensado.

d) Os valores são registrados no passivo compensado desde a instauração da Tomada de Contas Especial até o ressarcimento aos cofres públicos.

Alternativa incorreta. Vimos no **item A** que na instauração do procedimento administrativo (não necessariamente a TCE, que deve ser medida excepcional após esgotar outros meios administrativos) os valores devem ser registrados no Ativo Compensado. Quando do término da apuração da TCE até o ressarcimento os valores são registrados no Ativo Circulante (aqui só pode ser registrado após a conclusão de TCE, não cabe registro fruto de outro procedimento administrativo que não a TCE).

e) Por se tratar de valores, na maioria de pequeno vulto, o registro é realizado de forma agrupada.

Alternativa incorreta. Vimos que o registro é por CPF/CNPJ, sendo dessa forma individualizado. No entanto, admite-se o uso de inscrição genérica para os casos de responsabilidade solidária. Nos demais casos os registros devem ser individualizados para cada responsável, ainda que apurados em uma mesma TCE.

13- ASSINALE A OPÇÃO FALSA, A RESPEITO DOS MECANISMOS DE CONTROLE DENOMINADOS CONFORMIDADE DE GESTÃO E CONFORMIDADE CONTÁBIL, UTILIZADOS NA CONTABILIDADE PÚBLICA FEDERAL.

a) Confirmar a existência de documentos que suportem as operações registradas é uma das finalidades da Conformidade de Gestão.

Alternativa correta. Conforme art. 6º da IN 06/2007 da STN.

b) A Conformidade Contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial consiste na certificação dos demonstrativos contábeis gerados pelo sistema SIAFI.

Alternativa correta. Conforme art. 1º da IN 06/2007 da STN.

c) O registro da Conformidade de Gestão deverá ocorrer em até três (3) dias úteis a contar do registro da operação no SIAFI.

Alternativa correta. Conforme art. 10º da IN 06/2007 da STN.

d) A omissão no registro da Conformidade de Gestão acarreta a nulidade do documento lançado e a conseqüente perda dos seus efeitos.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. Conforme art. 12º da IN 06/2007 da STN: *a ausência ou omissão da conformidade dos registros de gestão implica o registro da conformidade contábil com restrição.*

e) O registro da Conformidade Contábil deverá ser feito pelas Setoriais Contábeis que são Unidades Gestoras especialmente designadas para esse fim.

Alternativa correta. Conforme art. 4º da IN 06/2007 da STN.

14-ASSINALE A OPÇÃO CORRETA A RESPEITO DO FUNCIONAMENTO DOS AUDITORES CONTÁBEIS DO SISTEMA DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA DO GOVERNO FEDERAL – SIAFI.

a) Os auditores contábeis do SIAFI são códigos que são apresentados nas demonstrações contábeis indicando que foram analisadas e aprovadas automaticamente.

Alternativa errada. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021003 – Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis.

b) Auditores contábeis são facilitadores, dentro do processo de análise dos demonstrativos contábeis, que permitem a identificação de situações críticas, erros frequentes e a verificação de consistências diversas de forma automatizadas.

Alternativa correta, gabarito da questão. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021003 – Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis.

c) Os auditores contábeis são rotinas executadas pelos gestores para certificar que os documentos foram lançados corretamente no sistema.

Alternativa errada. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021003 – Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis.

d) A utilização dos auditores contábeis do SIAFI impede que sejam ultrapassados os limites de gastos autorizados pelo governo.

Alternativa errada. Os auditores contábeis não se prestam a essa finalidade.

e) Os auditores contábeis são classificados em automáticos e manuais e nessa condição tem seu uso facultativo.

Alternativa incorreta. Conforme disponível no Manual SIAFI assunto 021003 – Manual de análise dos demonstrativos e auditores contábeis, os auditores fazem a verificação de forma automática.

15- ASSINALE A OPÇÃO FALSA A RESPEITO DOS CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE QUE TRATA A LEI N. 11.107/2005.

a) Os consórcios públicos podem-se constituir em forma de pessoa jurídica de direito público ou de direito privado.

Alternativa correta. Conforme § 1º do art.1º da Lei 11.107/2005.

b) Os consórcios públicos podem ser contratados pelos entes da administração direta ou indireta da Federação consorciados, desde que previamente habilitados em processo licitatório.

Alternativa incorreta, gabarito da questão. Conforme inciso III § 1º do art.2º da Lei 11.107/2005: “o consórcio público poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação”.

c) É facultado ao ente da federação retirar-se do consórcio público.

Alternativa correta. Conforme § 2º do art.8º da Lei 11.107/2005

d) Os consórcios públicos, na área de saúde, deverão obedecer aos princípios, normas e diretrizes que regulam o Sistema Único de Saúde.

Alternativa correta. Conforme § 3º do art.1º da Lei 11.107/2005.

e) Os entes consorciados somente entregarão recursos aos consórcios públicos mediante contrato de rateio.

Alternativa correta. Conforme art.8º da Lei 11.107/2005.

Pessoal por fim desejo boa sorte aos que vão prestar a Prova do APO e da SUSEP e me coloco a disposição no meu e-mail: giovanni_pacelli@hotmail.com para pedidos de ajuda em possíveis recursos na provas citadas.

BOA SORTE A TODOS.

No próximo encontro voltamos com resolução de algumas questões da FCC vislumbrando os concursos: do Tribunal Regional Federal da 4ª Região com inscrições até 18/02/2010 (área contábil) e do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará com edital previsto para o 1º trimestre de 2010 (a banca selecionada foi a FCC, já saiu do DOE/Ceará de janeiro).

Um abraço ao pessoal de Fortaleza-Ceará do MASTER Concursos onde estive em janeiro ministrando aulas.